

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 10/2018****Data: 2018-05-14****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.48 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 2 DE ABRIL DE 2018-----****BALANCETE-----****N.º 01 –ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (70/PGEN/DGT/2018 - 7/INSTGT/DGT/2017)-----****N.º 02 – ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (78/PGEN/DGT/2018 - 8/INSTGT/DGT/2017)-----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE ABRIL DE 2018 (21/PGEN/PR/2018 - 15/DIVER/PR/2013)-----****N.º 04 – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA A ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS SEFARARD (2939/ENTE/DAJA/2018 - 39/ENTEXT/PR/2013)-----**



- PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:** -----
- N.º 05 – PEDIDOS DE PARECER DE COMPROPIEDADE OU DE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS (19/PPRC/PR/2018)**-----
- INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE:** -----
- N.º 06 – ESTÂNCIA BALNEAR DA NAZARÉ - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO (20/PGEN/PR/2018 - 52/ENTEXT/PR/2014)**-----
- N.º 07 – ESTUDO DE ANÁLISE DE MODELOS DE AGREGAÇÃO NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (17/PPRC/PR/2018)**-----
- N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (18/PPRC/PR/2018)**-----
- GABINETE DE COMUNICAÇÃO:** -----
- N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – abril de 2018 (14/PGEN/GC/2018)**-----
- GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:** -----
- N.º 10 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – valores base por metro quadrado para alienação de lotes (2875/ENTE/DAJA/2018)**-----
- N.º 11 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DO LOTE 2ALT EM REGIME DE PROPRIEDADE PLENA (1953/ENTE/DAJA/2018)**-----
- N.º 12 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DO LOTE 4ALT EM REGIME DE PROPRIEDADE PLENA (1954/ENTE/DAJA/2018)**-----
- GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----
- N.º 13 – RESERVA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO INFERIOR DA ZONA DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA AVENIDA NORTON DE MATOS, ENTRE OS DIAS 11 E 22 DE OUTUBRO DE 2018 (22/PGEN/GELS/2018 - 1/DIVER/GELS/2018)**-----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 14 – EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO NA RUA GIL AVÔ, NÚMEROS 23 A 27 – receção provisória (7/CPUB/DF/2017 - 228/CONPUB/DOM/2017)**-----
- N.º 15 – EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA PÉ DA COSTA, NÚMEROS 56 A 58– receção provisória (54/CPUB/DF/2016 - 227/CONPUB/DOM/2017)**-----
- N.º 16 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – receção provisória (37/CPUB/DF/2015 - 181/CONPUB/DOM/2015)**-----



- N.º 17 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE GUARDAS DE SEGURANÇA NO CV ENTRE CARVALHOS DE FIGUEIREDO E CASAL DO POTE – receção definitiva (42/EMPR/DOM/2018 - 183/CONPUB/DOM/2015)-----**
- N.º 18 – CEDÊNCIA DE ESTRADOS (2753/ENTE/DAJA/2018 - 1/PEDID/DTC/2014) -----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 19 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (79/PEDI/DGT/2018 - 337/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 20 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (87/PEDI/DGT/2018 - 392/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 21 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (86/PEDI/DGT/2018 - 391/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 22 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (85/PEDI/DGT/2018 - 390/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 23 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (84/PEDI/DGT/2018 - 389/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 24 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (83/PEDI/DGT/2018 - 385/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 25 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (2699/ENTE/DAJA/2018)-----**
- N.º 26 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (3019/ENTE/DAJA/2018)-----**
- N.º 27 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (88/PEDI/DGT/2018 - 395/DIVER/DGT/2018)-----**
- N.º 28 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (10/RJUE/DGT/2018 - 29/EDIF/DGT/2018)-----**
- N.º 29 – OPERAÇÃO DE EMPARCELAMENTO EM CEPOS, FREGUESIA DE OLALHAS – Herança de Manuel António Mendes e Maria Adélia Mendes Duarte (59/PEDI/DGT/2018 - 286/DIVER/DGT/2017) -----**
- N.º 30 – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DA PORTELA PARA ALOJAMENTO LOCAL E NÚCLEO MUSEOLÓGICO – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar (1/EPAR/DGT/2018 - 58/EDIF/DGT/2018)-----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**
- N.º 31 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO CIRCO MUNDIAL MARIANI (8/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018)-----**



Q:
[Handwritten signature]

- N.º 32 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DA TAÇA - Sporting Club de Tomar (13/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----**
- N.º 33 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DA PARÓQUIA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Olalhas (14/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----**
- N.º 34 – TERCEIRA ADENDA AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PRÉDIO URBANO PROPRIEDADE DA FUNZONE - SOCIEDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA (2687/ENTE/DAJA/2018) -----**
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**
- N.º 35 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO COMUM EM VALE LONGO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA-Justino Nunes Gaio (2733/ENTE/DAJA/2018) -----**
- UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**
- N.º 36 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TOMAR À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (11/PGEN/UISE/2018 - 2/PROJPAR/UISE/2018) -----**
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**
- N.º 37 - CADERNO DE ENCARGOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA FINAL A QUATRO DA TAÇA DE PORTUGAL DE HÓQUEI EM PATINS 2017/2018 (2597/ENTE/DAJA/2018 - 1/CEDESP/UDJ/2014) -----**
- N.º 38 - UTILIZAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR – Estabelecimento Prisional Militar de Tomar (2830/ENTE/DAJA/2018 - 4/CEDESP/UDJ/2014) -----**
- N.º 39 - UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB – OFERTA DE VOUCHER VÁLIDO DURANTE O MÊS DE JUNHO DE 2018 (3/PPRC/UDJ/2018 - 8/CEDESP/UDJ/2014)- EXPEDIENTE:-----**
- N.º 40 –VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS TURNOS E HORÁRIOS DAS FARMÁCIAS NO TRIÊNIO 2015-2017 (2771/ENTE/DAJA/2018) -----**
- N.º 41 – RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS NA LOCALIDADE DE VALE MEÃO, FREGUESIA DE SABACHEIRA (2825/ENTE/DAJA/2018 - 1/ENTEXT/PR/2013) -**
- N.º 42 – ÁGUA ADQUIRIDA PELOS SMAS NO ANO DE 2018 (2767/ENTE/DAJA/2018 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----**



Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público. -----

Esteve presente o Sr. João António Amendoeira Peixoto para obter informações e apresentar sugestões sobre três assuntos que considera de grande interesse para Tomar. Começou por se referir à Sinagoga de Tomar, classificada como monumento nacional, um dos mais visitados da cidade, destacando que, de acordo com a informação que recolheu, foi aprovado, por unanimidade, um projeto de reabilitação e conservação que, numa primeira fase, prevê a recuperação do espaço físico, com recurso a apoio financeiro do reino da Noruega; numa segunda fase, prevê reabilitar o conjunto arquitetónico, incluindo a zona dos banhos, para o tornar visitável e acolher o espólio do Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto, um espólio que estará disperso entre o Município, a Sinagoga, o Complexo da Levada e o IPT. Defendeu que é espetacular que aconteça e que são grandes notícias para Tomar e para a sua Sinagoga. Perguntou qual é a condição atual da Sinagoga com as obras de requalificação que estão a decorrer, se foram encontrados achados arqueológicos e, em caso afirmativo, de que forma é que estão a ser trabalhados.-----

A Sra. Presidente informou que o processo de reabilitação da Sinagoga começou de uma determinada forma e foi evoluindo para outra, sendo que a empreitada que está a decorrer visa a reabilitação física do espaço da Sinagoga e do mitzvah da parte dos banhos, tendo financiamento direto dos fundos comunitários do Portugal dois mil e vinte, através da Intervenção Territorial Integrada; o financiamento ao abrigo do programa EEA Grants, do governo norueguês, vai para toda a parte imaterial; no primeiro andar, vai ser constituído um núcleo museológico adequado às novas tecnologias, que também estarão presentes na parte do mitzvah; uma pequena mostra do património imaterial está a decorrer no Complexo da Levada, mas é verdade que está espalhado, essencialmente pelo IPT e pela Levada; está a ser feito o caderno de encargos para elaboração do projeto para reabilitação do jardim contíguo à Sinagoga, mas ainda não têm financiamento garantido; foram feitas escavações arqueológicas nesse jardim, mas, de acordo com o relatório final, que já está validado pela Direção-Geral do Património Cultural, há achados que não têm valor arqueológico e outros que não tendo muito valor ficarão in situ, devendo ser previstas, em projeto e obra, formas de os preservar; a empreitada que está a decorrer tem o prazo de execução de cento e oitenta dias e estão a ser cumpridos os cronogramas financeiros e de obra. -----

O Sr. João Peixoto referiu que se tem deparado com turistas estrangeiros que não falam inglês e não estão informados sobre o encerramento do monumento; a informação que consta



do site do município, em página secundária ligada à Sinagoga, oferece uma explicação em inglês sobre o encerramento do monumento e a respetiva história; sugeriu que houvesse o cuidado de dar esta informação na página principal, em inglês, francês e alemão, para informar realmente os turistas de que o monumento está encerrado; perguntou se houve o cuidado de prestar essa informação junto das embaixadas, concretamente a de Israel. Passando a referir-se à necrópole de Tomar, disse que, entre dois mil e oito e dois mil e nove, foi um assunto que motivou bastante informação e muitas notícias; houve escavações na zona da Igreja de Santa Maria do Olival e havia referência a cerca de três mil e quatrocentos enterramentos num espaço com vários metros e a achados datados dos séculos XIII até XVI, tendo sido recolhido um espólio osteológico muito importante; atualmente, se forem aquela zona, não encontram nenhuma informação, nem desconfiam que existe ali uma antiga necrópole com uma ligação muito forte às raízes históricas de Tomar, às raízes templárias e, geralmente, o turismo que vem a Tomar procura este tipo de raízes, o templarismo e a Ordem de Cristo, e aquele é o espaço onde foram enterrados os nossos templários e elementos importante da Ordem de Cristo. Perguntou se existe algum projeto ou ideia para dinamizar em torno da necrópole de Tomar.-----

A Sra. Presidente disse que algumas das obras que ocorreram no espaço identificado foram realizadas no âmbito da TomarPolis havendo um conjunto de achados arqueológicos que ficaram in situ, e que, neste momento, não existe nenhum projeto em carteira para dinamização. Referiu que têm preparado um projeto sobre as ruínas romanas de Sellium. -----

O Sr. João Peixoto disse que não pretende com esta questão dar uma imagem negativa, antes apresentar uma sugestão que não envolve grandes custos financeiros e pode trazer muitos turistas a esta parte da cidade; foram enterrados na Igreja de Santa Maria do Olival os mestres da Ordem do Templo e alguns elementos da Ordem de Cristo que lhe sucedeu; Monsaraz, que também tem raízes templárias, tem um pequeno museu ligado aos judeus onde tem expostas duas estelas templárias; o Município de Tomar deve ter em arquivo um documento que editou, denominado Catálogo na Arte Antiga (decorre de uma exposição realizada em março de mil novecentos e oitenta e três, no âmbito das comemorações do dia da cidade), com coordenação de Carlos Batata, Luísa Moreira, Salete da Ponte e Vitor Silva, impresso na Gráfica de Tomar, onde constam imagens das estelas templárias que existiam na região de Santa Maria do Olival (cada estela conta uma história ligada a um cavaleiro ou a um elemento da Ordem de Cristo), algumas das quais pertencerão à autarquia. Sugeriu que fossem recriadas réplicas e se criasse um espólio a céu aberto no espaço circundante à Igreja



de Santa Maria do Olival, junto à Torre de Menagem ou noutro local que se considere interessante, criando ali um ponto de visita e de interesse turístico; não existe em lado nenhum um cemitério templário e faz todo o sentido ter um espaço com cistelas a céu aberto naquela região, até porque existe informação de que, segundo Pedro For Pietro, vereador desta Câmara Municipal no século XIX, em mil oitocentos e trinta e seis, foram mandadas quebrar cruzes templárias na região de Santa Maria do Olival; não se trata de imaginação, mas sim de recriar um espaço aberto que faça o turista ir à região. Ainda neste enquadramento, referiu que quem entra na Igreja de Santa Maria do Olival não imagina, nem sabe, que ali existiram em tempo as sepulturas dos mestres templários; quem lê Vieira Guimarães, Dr. Sousa e Amorim Rosa percebe que, na altura dos reis D. Manuel e D. João III, houve ali uma limpeza geral e que, ao longo dos séculos, foram feitos outros retoques; as arcas tumulares desapareceram e seria um excelente ponto de visita a criação de uma arca tumular do nosso Gualdim Pais, a exemplo do que acontece na Igreja Matriz de Monsaraz, onde existe uma arca templária com um templário deitado de espada na mão, desenhado na pedra com um relevo extraordinário, alusiva ao templário Silvestre Martins, padroeiro da terra; a réplica na Igreja de Santa Maria do Olival seria de um enorme interesse para o turismo nacional e internacional, tendo em conta a dimensão dos templários na história.-----

A Sra. Presidente agradeceu as sugestões. Referiu que a Igreja de Santa Maria do Olival é muito importante, mas fica um pouco fora do circuito dos operadores turísticos, e é preciso criar ali outro ponto de interesse, pelo que a sugestão das estelas a céu aberto pode ser estudada e avaliada; a haver vontade na réplica da arca tumular de Monsaraz, já terá que ser articulada com muito mais entidades e obter previamente a permissão de Monsaraz, para além de que a Igreja não é do Município. Ainda no que se refere ao encerramento da Sinagoga e à sugestão de melhoria da comunicação aos turistas, informou que foram avisadas as embaixadas de Israel e dos EUA, de onde é oriundo o maior número de visitantes, assim como os operadores turísticos que operam em Portugal, sobretudo os israelitas; também foi colocada uma placa informativa, em várias línguas, na rua onde está situado o monumento, até porque há muitos turistas que não vêm através das agências de viagens, mas a placa foi roubada e estão a proceder à aquisição de outra.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão informou que, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal tiveram que elaborar a carta do património e estão a trabalhar com o autor que esta carta venha a ser publicada em livro, com uma identidade própria; será muito interessante porque atualiza o património de Tomar à data atual e pode servir de base para outros estudos



nas várias temáticas. Salientou que não conseguem enfrentar todas as frentes ao mesmo tempo e que, neste momento, em termos de património, para além da Sinagoga, estão muito focados no Fórum Romano de Sellium; adquiriram o terreno em setembro último e está em fase de conclusão o projeto do centro de interpretação para ver se conseguem que, entretanto, se transforme em obra física. -----

O Sr. João Peixoto referiu que o Sr. Vereador abordou o terceiro assunto que trazia. Perguntou de que forma é que o projeto do Fórum Romano vai ser dinamizado e em que enquadramento, se contará uma história central ou um somatório de histórias que transbordem para os visitantes, se terá ligação com a cultura e com conferências, só de âmbito nacional ou também internacional. Sugeriu que não se deixe de ter em conta e de olhar para o exemplo extraordinário que é o Museu de São Miguel, em Sintra. -----

A Sra. Presidente disse que aproveitaram um projeto que já existia na autarquia, com vários anos, e o atualizaram com novos materiais, o qual foi submetido à Direção-Geral do Património Cultural; tinham idealizado uma cobertura por cima dos achados, mas esta entidade está a colocar algumas questões; não podem avançar muito mais sem terem o projeto de execução física estabilizado porque a intervenção física vai condicionar o uso do espaço; só depois é que poderão pensar num segundo projeto que defina que história vão contar, como vão contar e que materiais serão utilizados, assim como no modelo de gestão (em Tomar, todos os espaços têm um modelo de gestão aberta e ninguém paga para nada, mas, se calhar, têm que equacionar um modelo diferente). -----

O Sr. João Peixoto disse que fica satisfeito por saber que há um pensamento em torno do Fórum Romano e que estará para avançar o projeto, renovando a sugestão que tenham o Museu de São Miguel, em Sintra, como um exemplo a tomar em consideração para a nossa cidade. Fez votos para que as suas sugestões possam ser utilizadas para criar pontos de interesse na cidade e fora dela, que são essenciais para dinamizar o turismo, mais economia, mais emprego e mais pessoas. -----

A Sra. Presidente agradeceu as sugestões e convidou o munícipe a assistir à apresentação do projeto de execução do Fórum Romano quando tal ocorrer. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente adiantou que, hoje, pelas dezassete horas e trinta minutos, recebem no Salão Nobre, o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, para apresentar felicitações pelo facto de terem ganho a Taça do Ribatejo, convidando para o efeito os Srs. Vereadores. -----



O Sr. Vereador Hugo Cristóvão aproveitou para dar os parabéns ao Carvalhos de Figueiredo por ter sido finalista da Taça de FUTSAL do Ribatejo, dado que foi a primeira vez que uma equipa nabantina chegou à final desta prova. Referiu que também o União de Tomar esteve pela primeira vez na final da Taça do Ribatejo em futebol, tendo ganho o título e a taça; foi um jogo muito emotivo, pelo menos nos últimos quinze/vinte minutos, onde os tomarenses marcaram bastante presença; a equipa será aqui recebida hoje para que possam celebrar em conjunto este facto histórico para a comunidade tomarense. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos procedeu à leitura de uma moção que pretendiam apresentar hoje face aos resultados obtidos pelo União de Tomar, que, assim, fica prejudicada: "O União de Tomar conquistou no domingo, dia treze, a Taça do Ribatejo, ao vencer por dois a um a equipa de Mação, no Complexo do Bonito, no Entroncamento. Esta vitória ganha ainda maior relevância dado que, nos cento e quatro anos de história do clube, e em quarenta e um anos que se disputa a Taça do Ribatejo, é a primeira vez que o União de Tomar conquista o troféu. Perante esta notável conquista do clube, festejada em euforia pelos atletas, equipa técnica, dirigentes e adeptos, a bancada do PSD propõe que se aprove uma moção de congratulação dando os parabéns ao União de Tomar pelo feito histórico alcançado.". De seguida, referiu que o açude do Mouchão costumava ser reconstruído antes do Congresso da Sopa, mas, este ano, isso não aconteceu e a roda ainda continua parada; em reunião anterior, questionaram a questão do açude e a Sra. Presidente explicou que, este ano, aquele não tinha sido desmontado para evitar custos; sendo certo que o açude necessita de alguma reposição/reconstrução, perguntou quando é que se prevê que a mesma aconteça e a roda do Mouchão, uma atração turística e ex-libris da cidade, comece a funcionar. -----

A Sra. Presidente referiu que, por falta de condições, nomeadamente por o caudal do rio não o permitir, já tem acontecido a roda do Mouchão não estar em funcionamento por ocasião do Congresso da Sopa. Adiantou que os trabalhadores do município terão começado hoje a reparação do açude. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet começou por parabenizar o tomarense João Peixoto pelo interesse nos assuntos e pormenores da história de Tomar e pelas sugestões que apresentou. Referiu que é bonito ver os jovens interessados no seu passado e, muito mais ainda, interessados em contribuir para a divulgação do nosso património e da nossa história. De seguida, referiu-se ao painel led de tecnologia SMD para comunicação digital, colocado no jardim em frente ao quartel dos Bombeiros já há algumas semanas, mas que continua desligado, questionando quais foram os constrangimentos que impediram que fosse ligado logo



de seguida e porque é que a envolvente ao painel continua por arranjar, dando o mau aspeto quer se pode verificar no local. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o painel não é responsabilidade do Município, que apenas autorizou a sua instalação com a contrapartida de vir a ter doze minutos por hora para divulgação própria; segundo julga saber a demora deveu-se aos procedimentos junto da EDP para ligação de energia elétrica e à necessidade de acompanhamento arqueológico na ligação à caixa elétrica mais próxima, sendo certo que, pelo menos a instalação física está concluída. Realçou que já foram dadas instruções aos serviços de jardins para considerarem o arranjo do espaço no planeamento das suas atividades, sendo certo que não poderia ter sido concretizado enquanto esses trabalhos não estivessem concluídos. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que muito se tem falado na viagem da Sra. Vereadora Filipa Fernandes à Índia e entendem que é aqui o local certo para esclarecer qualquer dúvida que ainda permaneça; para poderem avaliar da pertinência da deslocação da Sra. Vereadora à Índia, em representação da Câmara Municipal, para participar no World Economic Forum, e deixar claro os objetivos desta viagem perante todos os tomarenses, pretende saber quantas pessoas fizeram parte da comitiva municipal nesta representação e quais as suas valências/contributos na representação; qual o montante dos custos envolvidos; qual foi o critério de escolha deste evento perante centenas, para não dizer milhares, de eventos desta natureza, nas mais diversas áreas; quantas representações portuguesas se deslocaram a esse evento e quais. Sublinhou que, em resposta às questões que colocaram na reunião anterior, foram informados que era importante esta representação para poderem ganhar a realização deste evento no próximo ano, pelo que, para poderem depois analisar se o custo valeu a pena, pretende saber quantas pessoas estiveram no evento deste ano, quantas se prevê que venham a Tomar em dois mil e dezanove e qual é a mais valia que este evento pode trazer para Tomar. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que se deslocou em representação do Município ao World Economic Forum, um evento de nível mundial, que acontece há sete anos e tem como fundo a economia mundial, envolvendo e valorizando o papel da mulher na sociedade e tentando, de alguma forma, contribuir para que tal aconteça nalguns países que ainda não estão tão desenvolvidos para a emancipação da mulher; nos últimos três anos, teve lugar na Austrália e nos EUA e chegou a Tomar porque há tomarenses, nomeadamente a Tânia Castilho, que se envolveu a título pessoal no projeto e fez questão de tentar que Tomar pudesse ser o convidado do evento no presente ano; Tomar não só recebeu o convite da

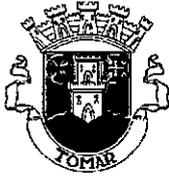


organização para se fazer representar na delegação portuguesa que se deslocou à Índia como também foi convidado a acolher o evento em dois mil e dezanove. Referiu que, na Índia, devem ter estado presentes oitocentas pessoas e que ainda não é possível determinar o número de participantes no evento do próximo ano, tendo em conta que vão começar a ser encetados os contactos; está definido para Portugal o tema da sustentabilidade e definido que os contactos internacionais são responsabilidade da organização cabendo ao Município de Tomar os contactos a nível nacional. Informou que a delegação nacional integrou os representantes dos Municípios de Tomar e de Abrantes, assegurada por si e pela presidente da Câmara Municipal de Abrantes, sendo certo que mais tomarenses participaram, a título particular, tendo-se inscrito no congresso como qualquer outra pessoa o poderia ter feito. Reportou que o plenário de Portugal acabou por se repartir em dois, dado que tinham muito para mostrar; num primeiro momento, a presidente da Câmara de Abrantes apresentou a região e ela centrou-se mais em Tomar e no que aqui existe de melhor; no segundo momento, puderam mostrar vídeos da nossa região, de Abrantes e de Tomar. Assegurou que foram muito bem recebidos e que, modéstia à parte, fizeram um excelente trabalho de representação e de divulgação, concretamente de Tomar, que ficou muitíssimo bem colocado; os presentes ficaram especialmente encantados com a Festa dos Tabuleiros e com o tabuleiro, tendo manifestado interesse em se inscreverem na WEF de Tomar. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que, na última reunião, a bancada do PSD mostrou que acha interessante tudo quanto possa representar Tomar no mundo, mas, por aquilo que veem e ouvem na rua, também entendem que devem esclarecer as dúvidas das pessoas que os elegeram; sabe que o assunto não é agradável, mas é importante que as pessoas conheçam o que acabou de ser dito; ouvem-se uma série de comentários desagradáveis, nomeadamente que o município financiou a ida de várias pessoas na comitiva e é importante saber que o município apenas financiou a ida da vereadora, em representação de Tomar; é importante alertar as pessoas que nem tudo o que se diz é verdade. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que é normal as pessoas falarem, mas os tomarenses acreditam que Tomar tem que sair fora de portas e tem que se mostrar ao mundo, porque só assim conseguem vencer, só assim conseguem receber o mundo e que o mundo os receba; é para isso que são eleitos, mas há que esclarecer e informar, e, pessoalmente, pensava que estava tudo esclarecido. -----

A Sra. Presidente reiterou que a Câmara só pagou a deslocação e estadia da vereadora. Disse que, sendo este o local certo para esclarecer, não pode deixar de aproveitar para referir,



e lamentar, que pseudo tomarenses tenham enviado um e-mail para a Embaixada de Portugal na Índia a insinuar que a Sra. Vereadora tinha mentido porque não era uma embaixadora, mas um embaixador; a Embaixada respondeu que o Embaixador de Portugal na Índia estava doente e que quem recebeu a Sra. Vereadora foi a Embaixadora em funções; este pseudo tomarense, que não deve ter mais nada para fazer do que escrever para a Embaixada a por em causa as palavras da vereadora, não coloca mal apenas a Câmara, mas também Tomar, numa altura em que se candidataram à organização de um evento que atrairá a Tomar pessoas de todo o mundo, que vão receber o melhor possível, como em Tomar sabem fazer. --

A Sra. Vereadora Célia Bonet disse que, por isso, é que a transparência é muito importante; quando esclarecem aqui as coisas, as pessoas têm que se calar e não podem continuar a divagar sobre o assunto. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que tendo tido conhecimento que, na reunião anterior, a Sra. Presidente mencionara o motivo da sua deslocação, pensava que tudo estava esclarecido. Disse que é bastante triste deslocarem-se ao serviço de Tomar (e é uma viagem muito cansativa) e serem atacados por pseudo tomarenses. Esclareceu que o município acarretou com as despesas da viagem e da estadia, mas boa parte da alimentação foi paga por si. -----

O Sr. Vereador José Delgado salientou que, nesta questão da deslocação à Índia, tem que se ter a capacidade de saber o que é acessório e o que é essencial, sendo certo que, se querem dar dimensão ao Concelho, não é aqui dentro, sentados, que o conseguem; têm que tentar atrair eventos, mostrar e trazer gente para Tomar, com qualidade e com saber. Referiu que, sendo uma situação que acontece com regularidade, estão preocupados com o estado do rio Nabão e entendem que muito mais tem que ser feito para terem um rio limpo e com qualidade. Perguntou se são conhecidos os índices de contaminação e quais os pontos de contaminação, se são conhecidos, na totalidade ou apenas parcialmente, e se têm origem nas ETAR, nas unidades fabris ou em descargas pontuais; o que está a ser feito e se há um plano de ação. Referiu que, mesmo sendo uma situação que envolve outras entidades, o município tem sempre um papel extremamente importante para que esta situação se resolva, e é importante saber se são conhecidos valores da qualidade da água e fontes de poluição entre Ansião e Agroal, se existiu alguma reunião ou algum trabalho conjunto dos municípios envolvidos no sentido de analisar e avaliar os pontos de contaminação e os focos de poluição e como atuar para que a situação se resolva de vez. Defendeu que é necessário desenvolver um plano de monitorização e de vigilância eficaz que minimize ou elimine as fontes de poluição e



atuar com mão pesada em relação aos infratores; não sendo competência direta da Câmara Municipal esta pode contribuir analisando essas fontes. Referiu que, na cidade, o rio também precisa de limpeza e de ação atempada; é necessário, desde logo, realizar a reparação/reposição do açude da roda do Mouchão, parcialmente destruído pela força da água, e por a funcionar a roda do Mouchão para que os tomarenses e os turistas possam usufruir dessa beleza; outra situação que os preocupa e se mantém há muitos anos é a margem da zona do Flecheiro, degradada e com aspeto degradante, com margens sujas, contaminadas e com depósitos vários de mobiliário, equipamentos e outros monos, pelo que importa saber para quando se prevê uma limpeza eficaz, de ordenamento daquela zona, que ajude a melhorar a imagem de Tomar; sabe que a intervenção não é fácil, mas tem que se fazer alguma coisa porque, quando se entra em Tomar, avista-se aquela margem cheia de lixo e de resíduos, que urge melhorar, até por uma questão de salubridade e higiene. Referiu que, passadas as chuvadas, urge olhar o rio e acionar um sistema de desassoreamento tendo em vista a prevenção de ocorrência de cheias, pois, de ano para ano, o nível das águas vai subindo até ao dia em que vão transbordar; tem que haver ação preventiva e urge limpar o rio e proceder ao seu desassoreamento, melhorando assim a imagem do curso de água e da cidade. Sabem que alguma coisa está a ser feita, mas tem que se ir mais longe e envolver as Câmaras que confinam com o rio e que contribuem para a sua poluição (ou não), mas, acima de tudo, criar um sistema global interativo entre os vários municípios para que, de vez, o nosso rio tenha a qualidade que todos desejam. -----

A Sra. Presidente disse que, apesar de os municípios de Alvaiázere e de Ansião também já terem sido contactados, ficou consensualizado com o Sr. Ministro do Ambiente que Tomar e Ourém trabalhariam em conjunto; a equipa constituída por técnicos de ambos os municípios já reuniu várias vezes, tendo produzido um relatório que entregou na passada sexta-feira, o qual ainda não teve oportunidade de ler, mas deve responder à necessidade de identificar as zonas que não possuem sistemas separativos, relatório que será agora apresentado ao Sr. Ministro e que poderá facultar também aos Srs. Vereadores, para irem acompanhando a situação. Referiu que a Agência Portuguesa do Ambiente já delineou um plano de ação fiscalizadora a montante e a jusante da cidade, para o qual pediu o apoio dos municípios. Realçou que está previsto no orçamento para o corrente ano proceder ao desassoreamento do rio Nabão, sendo certo que a ideia inicial era que ocorresse no mês de junho, mas, tendo em conta a realização em Tomar, no final do mês, do Campeonato Mundial de Wakeboard, cujos cabos já estão montados para possibilitar condições de treino às equipas participantes, o mais provável é que tenham que



adiar a intervenção para um dos meses seguintes; isso não impede que procedam à limpeza das margens, até porque vai decorrer em Tomar um evento de pesca. Por ultimo, deu conhecimento que já foram disponibilizados na totalidade os resultados das análises efetuadas ao rio Nabão e que os mesmos vão ser publicados. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet insistiu na questão da limpeza das margens na zona do Flecheiro.-----

A Sra. Presidente referiu que têm procedido a ações de limpeza na zona, onde, aliás, ocorreu o último desassoreamento efetuado; têm estado a ser realojadas famílias e já foi adjudicada e consignada a obra de construção ao lado da GNR, que contribuirá para a saída de um grosso grande de famílias e para o desafogamento do espaço, pelo menos da entrada; enquanto aquela zona não estiver toda limpa, é inconsequente uma intervenção mais profunda nas margens.-----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que a limpeza a efetuar nessa zona será para não deixar acumular lixo e para garantir condições aceitáveis de higiene e salubridade para a população que ali reside e para toda a zona envolvente, até porque é a zona a jusante do rio que vai recebendo aquilo que todos sabem.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que têm ouvido alguns lamentos e gostariam de saber o que é que se passa nos Bombeiros, nomeadamente se houve alguma reunião e se há alterações no Comando (ouve-se falar na saída de Carlos Duque e na sua substituição por Maria João Chambel, mas não sabem se é verdade), se há atraso no pagamento das gratificações pelo período de três meses, como se fala, se a Sra. Presidente tem reunido periodicamente com os Bombeiros, como avalia o seu estado de espírito e se está tudo a postos para o início da época mais crítica em termos de fogos florestais.-----

A Sra. Presidente mostrou-se convicta que deve haver poucos presidentes de Câmara que reúnam tantas vezes com os bombeiros, em grupo ou individualmente; tem sido prática reunir mensalmente com o Comando tendo a última reunião ocorrido na passada terça-feira; o adjunto de comando Carlos Duque esteve cerca de um ano de baixa médica e depois de ter regressado ao serviço já lhe tinha transmitido que colocara o seu lugar à disposição; nessa altura, disse-lhe que iriam experimentar se conseguiria aguentar o serviço operacional; depois de uma nova conversa, comunicou na referida reunião aos restantes elementos do comando que, devido a problemas de saúde, o Carlos Duque ia deixar de ser adjunto, mantendo-se no Corpo de Bombeiros Municipais com funções mais administrativas, e que iriam proceder à sua substituição; estão vários nomes em cima da mesa, mas não está ninguém convidado para



integrar o comando; pode até acontecer que decidam não nomear qualquer substituto porque o comando pode perfeitamente funcionar com quatro elementos, apesar de, pessoalmente, não se inclinar para essa hipótese. Referiu que, nessa reunião, disse ao Comandante que queria falar com todos os bombeiros (profissionais, voluntários e assistentes operacionais), o que aconteceu no sábado, precisamente porque o nível dois do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) começa amanhã e decorre até final de outubro ; nesse âmbito, o concelho de Tomar tem direito a duas equipas de combate a incêndios nascentes (ECINS) e a uma equipa de apoio logístico ao combate (ELAC); muitos já ouviram o seu colega do Sardoal dizer, e muito bem, que o sistema de proteção civil está assente em pés de barro, um dos quais é precisamente a constituição destas ECIN, porque é assegurada única e exclusivamente com voluntários; os bombeiros profissionais têm turnos das seis às catorze horas e das catorze às vinte e uma horas; no final do respetivo turno, entram no voluntariado e podem integrar estas equipas, mas é preciso ter consciência que o período em que decorre o dispositivo é exigente para os bombeiros e para as suas famílias (chegam a fazer vinte e quatro horas praticamente seguidas, quando não é mais porque tem que ir para incêndios). Referiu que o concelho de Tomar foi o concelho do distrito de Santarém com maior número de incêndios, mas só três por cento passaram para ataque ampliado, sinal de que a primeira intervenção (ECIN) funcionou; no aniversário dos Bombeiros, lançou o desafio de reduzir essa percentagem para metade, reforçando ainda mais o primeiro ataque; reuniu agora individualmente com todos os bombeiros para apelar e agradecer a sua disponibilidade e auscultar de que forma é que, este ano, se pode melhorar a atuação por forma a facilitar a integração de cada um nas equipas, sabendo que é um grande esforço, do próprio e das famílias, e que são muitos meses complicados, porque o serviço dos Bombeiros também tem que estar garantido; uma das sugestões que recolheu foi no sentido de terem disponível as escalas com maior tempo de antecedência e já estão a trabalhar para isso. Reconheceu que é um esforço muito grande para os bombeiros voluntariarem-se para as ECIN porque os serviços de socorro e de emergência pré-hospitalar têm que ser prestados o ano inteiro. Salientou que a população respondeu em termos de prevenção de ocorrências, procedendo á limpeza dos terrenos e até das faixas de dez metros das estradas e, ao nível do combate, não podem defraudar as expetativas e a correspondência da população. Disse que, no final da época, se tudo correr bem, voltará a reunir com os bombeiros, porque há pequenos ajustes que têm que ser feitos nas escalas de forma a tentar conciliar o que muitas vezes é inconciliável.-----



O Sr. Vereador Luís Ramos insistiu na questão da avaliação do estado de espírito dos bombeiros. -----

A Sra. Presidente disse que o estado de espírito dos bombeiros é sempre o mesmo, que querem sempre mais; recebem cinquenta euros por integrarem as ECIN (estipulado a nível nacional) mas, em Tomar, a Câmara paga o almoço ou o jantar consoante o turno (em Ferreira do Zêzere, por exemplo, que também tem uma área florestal grande, cada um tem que levar a sua marmita); num incêndio bebe-se muita água e em Tomar, mercê de donativos que chegam ao Quartel dos Bombeiros, a Câmara paga essa água, e há corporações aqui bem perto em que têm que comprar a água; a Câmara paga todos os equipamentos de proteção individual e fez um esforço imenso para requalificar o Quartel e oferecer melhores condições; felizmente, cada vez há mais bombeiras e têm que se dar condições às camaratas que utilizam, pelo que já está articulado com a Liga dos Bombeiros a concretização de uma nova camarata masculina e a ampliação da camarata feminina; a Câmara paga um conjunto de serviços que deveriam estar incluídos no ordenado e nenhum deles tem ordenados em atraso.

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que não era essa a questão, que o que pretendia era a avaliação do estado de espírito das pessoas, não só em termos monetários, do que recebem e dos benefícios que têm. Perguntou se há gratificações em atraso ou não. -----

A Sra. Presidente disse que não sabe o que se quer dizer com gratificações. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que são lamentos que se ouvem e querem esclarecer aqui a situação para as pessoas não comentarem aquilo que não estará de acordo com a realidade. -----

A Sra. Presidente referiu que não haverá nenhum presidente de Câmara que fale mais do que ela com os bombeiros sendo certo que não alinha naquilo que considera conversa de caserna; como presidente da Câmara, compete-lhe motivar as pessoas e dar-lhes as condições para que executem as suas tarefas, e é isso que tem feito; é a primeira a concordar que eles têm toda a razão em se sentirem injustiçados quanto à regulamentação da carreira de bombeiros municipais, que está para acontecer há vinte anos; um bombeiro municipal ganha pouco mais que o salário mínimo nacional e, em Tomar, têm bombeiros de carreira a fazer o mesmo serviço que assistentes operacionais porque ainda não conseguiram entrar na carreira; fazem um esforço brutal para todos eles, sem exceção, fazerem formação certificada porque lhes permite a progressão; por outro lado, para além do ordenado, os bombeiros do quadro ativo têm um conjunto de regalias iguais às que são usufruídas por quem está no quadro de



reserva, o que não é justo; por vezes, revoltam-se com essa questão, mas a mesma não compete à Câmara; só pode concluir que os interesses nestas áreas são de tal forma fortes que não permitiram que, em cerca de vinte anos, se conseguisse regulamentar a carreira. Reforçou que, durante estas épocas, é pedido muito aos bombeiros, é enorme o seu esforço e deviam ter outro tipo de remuneração, mas essa matéria não compete à Câmara Municipal. ---

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se podiam ficar descansados tendo em conta que, segundo parece, a reunião não terá tido muito sucesso em termos de quantidade de bombeiros. -----

A Sra. Presidente esclareceu que mais de um terço dos elementos do Corpo de Bombeiros estavam empenhados na Operação Fátima nesse dia e, sabendo disso, com esses falou antes. Garantiu que podem todos ficar descansados porque os bombeiros podem refilar, mas, quando toca a reunir, eles reúnem; podem confiar e sentir orgulho nos bombeiros que têm porque, operacionalmente, são reconhecidos como excelentes profissionais. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos apresentou o seguinte requerimento sobre o regulamento geral de proteção de dados: -----

"Tendo em conta que o Regulamento Geral de Proteção de Dados entra em vigor em 25 de maio de 2018 e substitui a atual diretiva e lei de proteção de dados em vigor, os Vereadores do PSD estão preocupados com o problema do tratamento de dados dos cidadãos do Município e requerem a prestação dos seguintes esclarecimentos: -----

- 1.- Quantas bases de dados tem a Câmara Municipal de Tomar?-----
- 2.- Quais são?-----
- 3.- Onde estão guardadas? -----
- 4.- Quem tem acesso a essas bases de dados?-----
- 5.-Que tipo de proteção têm?-----
- 6.- Qual a utilização que é feita dessas bases de dados?-----
- 7.- Como é gerida e sua atualização? -----
- 8.- As bases de dados existentes estão registadas e aprovadas na Comissão Nacional de Proteção de Dados?-----
- 9.-Prevê o Município criar a figura de Encarregado de Proteção de Dados prevista no Regulamento Geral de Proteção de Dados que entra em vigor a 25 de maio? -----
- 10.- Que medidas pensa a Câmara tomar para dar cumprimento ao novo regulamento?". -----



A Sra. Presidente referiu que dará a resposta por escrito porque estão a trabalhar nesta matéria, nomeadamente ao nível da revisão dos modelos de formulários em uso, de acordo com o esquema de trabalho delineado para a Câmara e para os SMAS. -----

O Sr. Vereador José Delgado disse que vão começar as festas e os imensos eventos de verão, uma das almas vivas do concelho que, além das questões de lazer e de divertimento, exalta as questões relacionadas com a história, o património, a cultura, as festas religiosas e o desporto; no entanto, algumas destas manifestações, senão a sua maioria, entraram num processo de contaminação visual e ambiental anunciando os mais diversos eventos com prospetos em plástico e em papel, de árvore em árvore ou de parede em parede. Perguntou o que está previsto para acabar com a contaminação ambiental e visual, quais as alternativas para se anunciarem as festas e eventos com regras, com locais próprios para o efeito e sistemas que possibilitem passar a informação de forma organizada e sem contaminar a cidade e o concelho. Referiu que é um problema que, ao longo dos anos, vão continuando a ter e de que ninguém está isento (todos eles já distribuíram prospetos), mas têm que dedicar atenção a esta situação porque, de ano para ano, a contaminação das árvores vai piorando (há algumas que nem o tronco se vê, por baixo de tanto plástico e panfleto) e uma cidade de turismo que quer crescer com qualidade, com bom ambiente a diversos níveis, também ambiental, carece de uma ação que tem que ser pensada e talvez do desenvolvimento de um regulamento que, de alguma forma, regule esta situação. Salientou que não sabe se este ano ainda será possível minimizar o efeito destas situações, mas carece da criação de um sistema que comece a sensibilizar as diversas comissões de festas e organizações de eventos para se por termo a isto; como sempre, estão disponíveis para cooperar em tudo que seja positivo para o concelho. Disse que, hoje, há mais formas de comunicar que antigamente, mas também há muito mais poluição causada por estas situações; começa a ser grave esta contaminação, com monumentos, árvores protegidas e tudo mais, a levar panfletos, pregos, arames; até os próprios eventos da Câmara ou patrocinados pelo município e pelas freguesias contaminam toda a cidade e todo o concelho. Sugeriu que, quando se pede autorização para a realização dos eventos se devia entregar um desdobrável a sensibilizar para a questão e a alertar para uma ação penalizadora através de coimas, porque um concelho como Tomar não pode viver durante meses com este aspeto; os meios de divulgação são colocados mas não são retirados, nem as juntas de freguesia, muitas vezes, conseguem fazer a regulação da situação; é muito importante que, numa primeira fase, se opte pela sensibilização e depois se passe a ser exigente e rigoroso. Referiu que, paralelamente, terá que ser criado um sistema



que possibilite a publicitação nos diversos locais do concelho, trabalho que deverá envolver as juntas de freguesia e as associações promotoras destes eventos, no sentido de minorar e acabar com este ruído de imagem que existe pelo concelho, numa violação constante e continuada do nosso património natural e edificado. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que o Sr. Vereador tem toda a razão naquilo que transmitiu e que é uma matéria que também os preocupa; é um daqueles temas que é, desde logo, uma questão de consciência cívica e um desígnio de toda a comunidade, porque o aspeto visual e a poluição que provocam os cartazes e os plásticos os afeta a todos; são colocados em todo o lado e vão ficando pelo espaço público. Referiu que, na última sexta-feira, teve lugar a assinatura dos contratos-programa com as associações, no âmbito do programa de apoio ao associativismo, onde, mais uma vez, essa matéria, foi por si muito sublinhada junto das associações, sensibilizando para a questão e alertando para o facto de que, mais cedo ou mais tarde, terão que começar a aplicar coimas, e elas não são nada leves; não é desígnio do município passar multas, nem é o que desejam, mas, se for necessário, vai ter que começar a acontecer; acima de tudo, o que querem é que haja o cuidado de fixar apenas nos locais próprios e devidamente autorizados; ainda estão a trabalhar num regulamento de publicidade, mas há regras e procedimentos a observar nos termos da lei geral; ainda há muita gente que não pede o licenciamento, quando tem que o fazer, e, nessa reunião, mais uma vez, se alertou para essa obrigatoriedade; tiveram o cuidado de solicitar a presença da GNR que transmitiu um conjunto de informação sobre os diversos licenciamentos que as várias entidades precisam de obter para promover as mais variadas atividades, nomeadamente no espaço rural; tem que ser um trabalho continuado porque ainda há quem não peça e, neste caso, as coimas são ainda maiores; quando há lugar à emissão da licença, a mesma explicita os locais onde não pode ser afixada publicidade, nomeadamente no mobiliário urbano, fachadas e muros, mas isso não impede que haja ainda quem prevarique e têm que continuar a trabalhar, sensibilizando e alertando, até ao dia em que as multas aconteçam. Deu conta que, em finais do anterior mandato, foi efetuado o levantamento dos espaços existentes nas freguesias do concelho; quase todas as Juntas de Freguesia têm espaços de afixação pública e a Câmara também tem alguns, apesar de muito velhos; há a intenção de colocar locais novos e eventualmente em maior número, independentemente de outras medidas. Reforçou que não quer estragar o negócio às tipografias mas não lhe parece que, nos dias de hoje, este ruído visual seja uma boa forma de comunicar porque passam e nem ligam a esses cartazes amontados, ou acabam por não distinguir os diversos eventos e locais; há formas mais



eficazes de comunicar, como por exemplo através da comunicação social. Disse que esta matéria envolve uma panóplia de questões e é um problema que todos têm presente porque querem melhorar a imagem coletiva do concelho e as questões ambientais são um desígnio de todos, individual e coletivamente. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos procedeu à apresentação de uma proposta no sentido de se estudar a possibilidade de fazer obras de adaptação em alguns dos campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal para permitir a prática de padel em Tomar. -----

A Sra. Presidente informou que esse caminho já foi iniciado.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que, tendo consciência do que é fundamental e importante e do que é acessório, os vereadores do PSD não podem deixar de voltar a falar num assunto a que se referiram, nas duas reuniões anteriores, mas de que vão continuar a falar sempre que os atacarem sem motivo. Recordou que, na reunião de dezasseis de abril, abordaram dois temas: o péssimo lugar que Tomar ocupa no Índice de transparência e as diversas atividades que haviam decorrido na cidade no fim-de-semana anterior e os problemas que tinham sido detetados e que mereciam uma melhor atenção em próximos eventos; fizeram-no porque lhes cabe contribuir para a melhoria do concelho, nos mais variados aspetos. Recordou que, nessa altura, o Sr. Deputado Hugo Costa fez no seu facebook, uma crítica acutilante sobre estas declarações do PSD deturpando completamente aquilo que por eles foi dito na reunião de Câmara, o que levou a que, na reunião do dia trinta de abril, tivessem trazido aqui de novo os esclarecimentos sobre esses dois assuntos que tinham sido alvo de crítica pelo Sr. Deputado Hugo Costa, ou seja esclareceram na reunião deste Executivo aquilo que tinham dito na reunião de Câmara voltando a explicar a posição dos vereadores do PSD quanto aos temas em referência e ela é muito clara: bem vindos os eventos a Tomar. Referiu que, esta semana, no semanário Cidade de Tomar, o Sr. Deputado Hugo Costa veio mostrar o seu desagrado pelo facto de terem abordado o assunto na reunião, onde ele não se podia defender, pelo que entendem dever esclarecê-lo que deve estar equivocado; o Sr. Deputado foi criticar assuntos debatidos na reunião da Câmara no seu facebook, onde os vereadores do PSD não se podem defender, assuntos que tinham tratado na reunião de Câmara; veio dizer aquilo que entendeu sobre as declarações que fizeram, querendo influenciar o seu trabalho e a opinião pública sobre esse trabalho, sobre assuntos que são trabalhados nas reuniões do Executivo, numa clara tentativa de os calar; se o Sr. Deputado vai para o facebook fazer críticas vem agora para a comunicação social fazer-se de vítima porque abordaram o assunto na reunião de Câmara? Referiu que é claro para todos os tomarenses



que os assuntos que foram abordados pelos vereadores do PSD em reunião da Câmara foram esclarecidos na reunião da Câmara e um deputado não pode vir criticar para o facebook e depois fazer-se de vítima porque o esclareceram no local certo. Referiu que, nesse seu post, o Sr. Deputado disse que "O PSD criticou um evento com dois mil jovens em Tomar. Puro provincianismo de velhos do restelo. Vontade de dizer mal ou desinformação" (sic), mas, agora, no Cidade de Tomar, vem dizer que não chamou provincianos, nem ao PSD nem a ninguém, pelo que entende dever aconselhar o Sr. Deputado Hugo Costa a pensar antes de dizer ou de escrever sobre assuntos para depois não vir dizer que, afinal, não disse aquilo que tinha dito. Disse que o Sr. Deputado Hugo Costa nada disse sobre o motivo do voto desfavorável que o Partido Socialista fez à moção apresentada pelo Partido Social Democrata na sessão da Assembleia Municipal realizada a vinte de abril, votada favoravelmente pelo Partido Comunista, onde se lamenta que, no índice de transparência, o Município de Tomar seja o pior do distrito de Santarém e se recomenda à Câmara que diligencie o mais rapidamente possível no sentido de melhorar a eficácia e eficiência da sua informação; sobre isso nada disse para esclarecer os tomarenses do que realmente importa, ou seja porque não valorizou ele, e a sua bancada, a transparência que foi sugerida pelo Partido Social Democrata e a moção que apresentou. Salientou que tinham que esclarecer aqui esta situação porque é aqui que trabalham, não trabalham no facebook nem em órgãos de comunicação social. -----

A Sra. Presidente disse que o mundo real é fora da blogosfera e do facebook, independentemente da cor política de quem fala ou deixa de falar, o mundo real é aqui, é para aqui que são eleitos, para trabalhar e para tentar dar o melhor para resolver as situações.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet disse que também é isso que pensam.-----

A Sra. Presidente referiu que "palavras leva o vento". -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet disse que é isso que pensam, mas, sempre que se justificar, vão continuar a responder aqui, no local onde trabalham. -----

A Sra. Presidente disse que há coisas que nem sequer vê. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia dois de abril de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia onze de maio de dois mil e dezoito, o qual acusa os



seguintes saldos: dois milhões, novecentos e catorze mil, trezentos e noventa e um euros e oitenta e dois cêntimos (2.914.391,82€) em Operações Orçamentais, e cento e sessenta e seis mil, cento e setenta e três euros e quarenta e um cêntimos (166.173,41€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 –ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 3900/2018 e 4821/2018 da Divisão de Gestão do Território, propondo ao Executivo Municipal a não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica da alteração do Plano de Pormenor das Avesadas, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações e o relatório de fundamentação da qualificação ambiental, deliberou aprovar a não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica da alteração do Plano de Pormenor das Avesadas, nos termos do disposto nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Mais deliberou `mandar publicar a presente deliberação no Diário da República, Série II, e proceder à sua disponibilização, incluindo a respetiva fundamentação, no sítio da internet da Câmara Municipal.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal, no seguimento da deliberação tomada a 2 de abril, a proposta final de alteração do Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do regime excecional de regularização das atividades económicas, nos termos das informações n.ºs 4302/2018 e 4766/2018 da Divisão de Gestão do Território, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou submeter a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 90.º e do artigo 119.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a proposta final de alteração do Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do regime excecional de regularização das atividades económicas.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE ABRIL DE 2018 -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 239/2018 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro do Município no mês de abril de 2018. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 2.937,00€ (dois mil, novecentos e trinta e sete euros). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA A ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS SEFARARD-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pagamento de quota extraordinária para a Rede de Judiarias de Portugal no valor de 5.628,92€ (cinco mil, seiscentos e vinte oito euros e noventa e dois cêntimos), decorrente da deliberação tomada pela Assembleia Geral, em reunião extraordinária realizada a 13 de março, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o referido pagamento nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----**N.º 05 – PEDIDOS DE PARECER DE COMPROPIEDADE OU DE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS -----**

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão: -----

“Ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios. -----

Este parecer é emitido no prazo de 45 dias, entendendo-se a sua omissão como parecer favorável, sendo que se consideram nulos os atos ou negócios jurídicos celebrados em violação do disposto no n.º 1 do referido artigo, tendo também a câmara municipal legitimidade para promover a respetiva declaração judicial. -----



Considerando que, semanalmente, o número de pedidos de parecer desta natureza são em elevado número; -----

Considerando que o Executivo Municipal reúne apenas quinzenalmente, o que causa diversos constrangimentos nos negócios dos particulares; -----

Considerando que, desde a entrada em vigor desta disposição legal, o Executivo Municipal nunca deliberou emitir parecer desfavorável à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes de prédios rústicos, desde que o ato ou negócio não vise ou dele não resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana; -----

Considerando ainda que a Administração Pública se deve pautar por critérios de eficiência, economicidade e celeridade, com vista a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada; -----

Proponho: -----

1. Que a câmara municipal delibere, de forma generalizada e desde que cumpridas disposições legais vertidas no diploma supracitado, a verificar pelos serviços, emitir parecer favorável a todos os pedidos de constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes de prédios rústicos. -----

2. Proponho ainda que, em caso de deliberação favorável ao proposto em 1., os serviços de imediato emitam certidão comprovativa do parecer favorável, após despacho do vereador do pelouro."-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e os votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos.-----

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE: -----

N.º 06 – ESTÂNCIA BALNEAR DA NAZARÉ - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO -----

Foi presente, para conhecimento, informação da Sra. Presidente referente à deliberação tomada por unanimidade na sessão extraordinária da Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios do Vale do Tejo, realizada a 2 do corrente mês, mandatando a direção da



associação para lançar procedimento para elaboração do projeto de execução para reabilitação do edificado da colónia balnear para os mesmos fins.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 07 – ESTUDO DE ANÁLISE DE MODELOS DE AGREGAÇÃO NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS -----

Foi presente, para conhecimento, informação da Sra. Presidente referente ao relatório preliminar do estudo de análise de modelos de agregação no âmbito do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais dos municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e aos cinco cenários que irão ser objeto de análise na sequência do mesmo. ----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em abril e maio pela Sra. Presidente e pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas d), f) e ee) e y) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – abril de 2018 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente ao relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de abril do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 76,75€ (setenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: -----

N.º 10 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – valores base por metro quadrado para alienação de lotes -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o valor por metro quadrado dos lotes do Parque Empresarial de Tomar que se encontram disponíveis para alienação, em regime de direito de superfície ou em regime de propriedade



plena, nos termos da informação n.º 103/2018 do Gabinete de Desenvolvimento Económico e do relatório de avaliação elaborado pelo perito avaliador Eng.º António Sérgio Campelo, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou, ao abrigo do n.º 5 do artigo 5.º do regulamento do Parque Empresarial de Tomar:-----

- 1.- Aprovar para os lotes a alienar em regime de direito de superfície o valor de 0,50€ (cinquenta cêntimos) por metro quadrado; -----
- 2.- Aprovar para os lotes a alienar em regime de propriedade plena o valor de 11,00€ (onze euros) por metro quadrado para terrenos com área igual e inferior a 1 hectare, 7,00€ (sete euros) para terrenos com área superior a 1 hectare, e 6,00€ (seis euros) para terrenos com área superior a 1 hectare mas com geometria assimétrica, topografia irregular e exposição fraca em relação aos arruamentos, nos termos do relatório de avaliação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DO LOTE 2ALT EM REGIME DE PROPRIEDADE PLENA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alienação do lote 2ALT do Parque Empresarial de Tomar, em regime de propriedade plena, à Ribasabores - Indústria de Carnes, limitada, nos termos e condições da informação n.º 105/2018 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou alienar o lote 2ALT do Parque Empresarial de Tomar, em regime de propriedade plena, à Ribasabores - Indústria de Carnes, limitada, pelo valor de 7,00€ (sete euros) o metro quadrado, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DO LOTE 4ALT EM REGIME DE PROPRIEDADE PLENA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alienação do lote 4ALT do Parque Empresarial de Tomar, em regime de propriedade plena, à Ribasabores - Indústria de Carnes, limitada, nos termos e condições da informação n.º 109/2018 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou alienar o lote 4ALT do Parque Empresarial de Tomar, em regime de propriedade plena, à Ribasabores -



Indústria de Carnes, limitada, pelo valor de 11,00€ (onze euros) o metro quadrado, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:-----

N.º 13 – RESERVA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO INFERIOR DA ZONA DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA AVENIDA NORTON DE MATOS, ENTRE OS DIAS 11 E 22 DE OUTUBRO DE 2018-----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques:-----

“Os aspetos inerentes à realização da Feira de Santa Iria, no período compreendido entre 12 e 21 de outubro do corrente ano, foram aprovados por deliberação do Executivo Municipal, em reunião ordinária de 30 de abril de 2018.-----

Nesta deliberação consta a localização da feira, conforme planta apresentada, nos termos do artigo 3º do Regulamento da Feira de Santa Iria e das Passas.-----

Um dos espaços previstos para ser ocupado é o Parque de Estacionamento Tarifado da Av. Norton de Matos – parte inferior.-----

Para este parque de estacionamento aplicam-se as disposições contidas no Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração limitada do Município de Tomar.-----

No regulamento em apreço nada consta sobre a reserva de ocupação do espaço dos parques de estacionamento tarifados.-----

Prevê o nº 2 do artigo 19º do mesmo regulamento que as dúvidas e demais casos omissos com a interpretação e aplicação do presente regulamento serão esclarecidos pela Câmara Municipal de Tomar.-----

Pelo que precede, submete-se a aprovação do Executivo Municipal a reserva de ocupação do espaço do Parque de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada, da Avenida Norton de Matos – espaço inferior, no período de 11 a 22 de outubro do corrente ano, para a realização da Feira de Santa Iria de 2018.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

N.º 14 – EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO NA RUA GIL AVÔ, NÚMEROS 23 A 27 – receção provisória-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2039/2018 do



Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção provisória da obra de reabilitação do edifício sito na rua Gil Avô, números 23 a 27, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria para efeitos de receção provisória da referida obra.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA PÉ DA COSTA, NÚMEROS 56 A 58– receção provisória -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1986/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção provisória da obra de reabilitação do edifício sito na rua Pé da Costa, números 56 a 58, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria para efeitos de receção provisória da referida obra.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – receção provisória--

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1985/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção provisória da obra de construção da Ponte do Carril, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria para efeitos de receção provisória da referida obra. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE GUARDAS DE SEGURANÇA NO CV ENTRE CARVALHOS DE FIGUEIREDO E CASAL DO POTE – receção definitiva -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2211/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva da obra de aplicação de guardas de segurança no CV entre Carvalhos de Figueiredo e Casal do Pote, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva da referida obra. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 – CEDÊNCIA DE ESTRADOS-----



Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou o empréstimo de estrados ao Serviço de Formação Profissional de Tomar no âmbito da realização da iniciativa Open Day, que decorreu no dia 10 do corrente mês. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 19 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER-----

Foram presentes as informações n.ºs 4785/2018 e 4799/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 335, secção 1I, da União das Freguesias de Serra e Junceira, de que é titular Vitor Manuel Marques de Carvalho, entre Vasco Miguel Ribeiro Rosa Fortunato e Ana Rita Grossinho Reis, desde que daí não resulte a divisão física do prédio. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 335, secção 1I, da União das Freguesias de Serra e Junceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER-----

Foram presentes as informações n.ºs 5175/2018 e 5226/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 199, secção B, da freguesia de Carregueiros, de que é titular Hugo Rafael Delgado Borges, entre Bruno José Barradas da Cruz e Nádía Cristina Carita Gomes, desde que daí não resulte a divisão física do prédio.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 199, secção B, da freguesia de Carregueiros, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 21 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foram presentes as informações n.ºs 5229/2018 e 5238/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 8, secção X, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Maria Amélia Cruzio Henriques- cabeça de casal da herança de, entre Michael Daniel Cohen e Florence Bérénice Camille Bresch, desde que daí não resulte a divisão física do prédio. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 8, secção X, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foram presentes as informações n.ºs 5234/2018 e 5237/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 369, secção N, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Maria Amélia Cruzio Henriques- cabeça de casal da herança de, entre Michael Daniel Cohen e Florence Bérénice Camille Bresch, desde que daí não resulte a divisão física do prédio. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 369, secção N, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foram presentes as informações n.ºs 5173/2018 e 5224/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 247, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Maria Amélia Cruzio Henriques- cabeça de casal da herança de, entre Michael Daniel Cohen e Florence Bérénice Camille Bresch, desde que daí não resulte a divisão física do prédio. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º



247, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 24 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foram presentes as informações n.ºs 5164/2018 e 5227/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 518, secção D, da União das Freguesias de Serra e Junceira, de que é titular Ladock – Sociedade de Gestão imobiliária, SA, entre José Feliciano Pereira e Maria Isabel Iria Nunes Pereira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 518, secção D, da União das Freguesias de Serra e Junceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foram presentes as informações n.ºs 5151/2018 e 5220/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 184, secção 1H, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular Trine Renée Bregstein, entre Rachel Ann Bartlam e Paul William Kent, desde que daí não resulte a divisão física do prédio.--

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 184, secção 1H, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 26 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foram presentes as informações n.ºs 5256/2018 e 5272/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 137, secção M, da União das Freguesias de Serra e Junceira, de que é titular Nicholas John Cooper, entre Rodney Howard Skeet e Rowena Gallafant, desde que daí não resulte a divisão física do prédio.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer



favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 137, secção M, da União das Freguesias de Serra e Junceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 27 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foram presentes as informações n.ºs 5261/2018 e 5264/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 301, secção G, da Freguesia de Asseiceira, de que é titular Maria Carmen D'Oliveira – cabeça de casal da herança de, entre Maria de Lourdes da Costa Henriques Veríssimo, Manuel Henriques da Costa, Miguel Henriques da Costa Moço, Odete Henrique da Costa, Cidalina Henriques da Costa Sirgado, Maria Benedita Ferreira Henriques de Oliveira e António Manuel Ferreira Henriques de Oliveira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 301, secção G, da Freguesia de Asseiceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 28 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 1272/2002, relativo a obras de construção de uma habitação unifamiliar em Vale da Lage, União das Freguesias de Serra e Junceira, em que é requerente Ana Maria Barreto Adão e Silva, submetendo ao Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos apresentados na informação n.º 5075/2018 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade do licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto na referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 – OPERAÇÃO DE EMPARCELAMENTO EM CEPOS, FREGUESIA DE OLALHAS – Herança de Manuel António Mendes e Maria Adélia Mendes Duarte-----



Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 286/DIVER/DGT/2017, relativo a operação de emparcelamento em Cepos, Freguesia de Olalhas, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de indeferimento do pedido de reabertura do processo, requerida por Deolinda Dias da Silva Mendes, nos termos das informações n.ºs 4832/20018 e 5136/2018 da Divisão de Gestão do Território, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou indeferir o pedido nos termos e fundamentos das referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 30 – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DA PORTELA PARA ALOJAMENTO LOCAL E NÚCLEO MUSEOLÓGICO – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 58/EDIF/DGT/2018, relativo à requalificação do edifício da escola primária da Portela, cedido pelo município de Tomar à Freguesia de São Pedro, através de contrato de comodato, para alojamento local e núcleo museológico, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio favorável (não vinculativo) à pretensão da Junta de Freguesia, nos termos das informações n.ºs 4539/2018, 4763/2018 e 4811/218 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer prévio favorável (não vinculativo) à pretensão da Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos propostos, ao abrigo do número 2 do artigo 7.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 31 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO CIRCO MUNDIAL MARIANI-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a colocação de publicidade alusiva aos espetáculos do Circo Mundial Mariani, nos termos da informação n.º 1633/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a colocação da publicidade, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação.-----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 32 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DA TAÇA - Sporting Club de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a colocação de publicidade alusiva à Festa da Taça, nos termos da informação n.º 1778/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a colocação da publicidade, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação, por prazo não superior a 15 dias, conforme decorre da alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 33 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DA PARÓQUIA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Olalhas-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de colocação de publicidade alusiva à Festa da Paróquia em honra de Nossa Senhora da Conceição, requerida pela Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Olalhas, nos termos da informação n.º 1763/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 34 – TERCEIRA ADENDA AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PRÉDIO URBANO PROPRIEDADE DA FUNZONE - SOCIEDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta da terceira adenda ao contrato de arrendamento para fins não habitacionais, celebrado em 23 de setembro de 2013, com a Funzone - Sociedade de Animação Turística, limitada, nos termos e fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta da terceira adenda ao contrato de arrendamento. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

**N.º 35 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO COMUM EM VALE LONGO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA–
Justino Nunes Gaio-----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o processo P_ARB_037000/2018 relativo às ações de rearboração com eucalipto comum a desenvolver por Justino Nunes Gaio, numa área de 1,85 hectares, em prédio denominado Vale Longo, na União das Freguesias de Casais e Alviobeira, e a emissão de parecer nos termos e fundamentos da informação n.º 804/2018 da Divisão de Proteção Civil.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação dada pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 36 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TOMAR À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 507/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a adesão do município à Associação Internacional das Cidades Educadoras e o seu compromisso com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, nos termos e fundamentos apresentados.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar os princípios da Carta das Cidades Educadoras e aprovar a adesão do município à Associação Internacional das Cidades Educadoras.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 37 - CADERNO DE ENCARGOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA FINAL A QUATRO DA TAÇA DE PORTUGAL DE HÓQUEI EM PATINS 2017/2018-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 480/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o caderno de encargos para a organização da Final a Quatro da Taça de Portugal de Hóquei em Patins - seniores masculinos, a decorrer em Tomar, nos dias 16 e 17 de junho de 2018, a celebrar



entre a Federação de Patinagem de Portugal, a Associação de Patinagem do Ribatejo, o Sporting Clube de Tomar e o Município de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o caderno de encargos nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 38 - UTILIZAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR – Estabelecimento Prisional Militar de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 472/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da pista de atletismo do Estádio Municipal de Tomar, nos dias 8, 9 e 10 do corrente mês, para realização de provas físicas de militares, conforme solicitado pelo Estabelecimento Prisional Militar de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Estabelecimento Prisional Militar de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 39 - UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB – OFERTA DE VOUCHER VÁLIDO DURANTE O MÊS DE JUNHO DE 2018-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 488/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, referente à oferta de vouchers de 10 entradas aos alunos do ensino básico e secundário do concelho, aos alunos da Universidade Sénior de Tomar e aos vencedores da regata "Vai de Vela no Nabão", para utilização durante o mês de junho do corrente ano. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 40 -VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS TURNOS E HORÁRIOS DAS FARMÁCIAS NO TRIÉNIO 2015-2017-----

Foi presente, para conhecimento, a informação prestada pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo referente às farmácias que foram verificadas no triénio 2015-2017 e respetivos resultados. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 41 – RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS NA LOCALIDADE DE VALE MEÃO, FREGUESIA DE SABACHEIRA-----



Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 23 de abril, sobre a recolha de resíduos urbanos indiferenciados na localidade de Vale Meão, freguesia de Sabacheira.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 42 – ÁGUA ADQUIRIDA PELOS SMAS NO ANO DE 2018 -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 23 de abril, sobre a água adquirida no mês de março do corrente ano.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e oito minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.----

Avelina Maria Lopes Leal

Avelina Maria Lopes Leal